

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC) 2022/2

Mulherengo

Ep1: Feministas versus Militares:

As estratégias da imprensa feminista durante a repressão dos meios de comunicação na ditadura civil militar

Orientação: professor. Msc. Roberto Forlin Pereira
Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça SC

RESUMO

O presente trabalho investiga a atuação dos movimentos feministas, que marcaram a luta das mulheres e tendem a ser esquecidos e minimizados, dentro da imprensa considerada clandestina, imprensa feminista, durante a ditadura civil militar no Brasil, período em que se usou o corpo, a sexualidade e a maternidade como formas de intensificar a tortura das mulheres militantes. O Mulherengo, podcast que materializa o estudo, propõe que todas as mulheres ganhem voz aos fatos ocorridos, para que sejam devidamente divulgados. Este trabalho, ainda, focaliza a experiência das feministas que fizeram parte do combate contra a ditadura e ao se tornarem ex-presas políticas procuraram a imprensa feminista como forma de dar continuidade na luta, mesmo que fazendo parte de outro grupo atacado: a imprensa. A partir de relatos de Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz costurados com duas historiadoras e especialistas no tema, Renata Cavazzana e Joana Maria Pedro destaca-se a coragem de dizer a verdade, mesmo em situações de risco, para seguir na luta feminista contra o período militar, permitindo a articulação do movimento até os dias atuais. O primeiro episódio deste projeto é chamado de Feministas versus Militares e mostra o embate, ainda que não “visível

aos olhos da sociedade”, entre as mulheres e o governo militar, ao trazer os traumas causados à elas que foram torturadas e tiveram sua individualidade arrancada, e mesmo nesta situação decidiram seguir na luta e ir contra o que pregava a ditadura civil militar fazendo parte de jornais alternativos e escrevendo textos que chegassem nas mulheres que não tinham acesso à informação, como a periferia, por exemplo. Durante a conversa, o podcast também propõe uma reflexão acerca de como era sobreviver no período dentro da imprensa feminista depois da prisão e traz uma comparação com os dias atuais no mundo.

PALAVRAS-CHAVES: ditadura - feminismo - imprensa - mulheres - censura

INTRODUÇÃO

Durante os 21 anos da ditadura civil militar no Brasil, instaurada em 1964, e com a repressão à imprensa tradicional a partir da censura dos veículos de comunicação, alguns jornais ganharam evidência entre os militantes, ainda que na clandestinidade. Conhecidos como parte da imprensa “nanica” pelo formato tablóide, “alternativa” ou “clandestina”, tinham como principal forma de trabalho as críticas ao governo militar na época. Esse movimento da imprensa servia como uma maneira de organizar e sistematizar posições políticas frente ao regime, servindo também como um espaço alternativo para integrantes da imprensa comercial e universitários, que iam contra o governo da época, o que proporcionou, de certa forma, formação crítica aos que fizeram parte. (ABREU, 2002).

Sendo assim, a imprensa feminista foi considerada um viés da imprensa alternativa. Os jornais feitos por mulheres na época enfrentavam grandes dificuldades financeiras pela falta de apoio tecnológico e se sustentavam apenas com dinheiro das próprias militantes. Por esse motivo, foram encerrados em poucas edições e sem nenhum aviso prévio. Isso porque, para os jornais feministas, se tornava difícil manter a produção por muito tempo justamente por não estarem inseridos na grande mídia e, portanto, não possuírem dinheiro para se manter no mercado e manter a circulação das edições seguintes. (BUITONI, 1986).

Conforme Araújo (2003) os jornais feministas foram inovadores, não apenas em termos de linguagem, de reivindicações e de propostas, mas também na forma de divulgar uma nova concepção de política. O Brasil Mulher e o Nós Mulheres foram os primeiros tabloides feministas a entrar em "circulação". O Brasil Mulher, o primeiro a surgir, e do qual

as entrevistadas deste trabalho fizeram parte, teve 16 edições regulares e mais quatro consideradas extras entre 1975 e 1980. As feministas militantes de ambos os jornais eram majoritariamente oriundas da esquerda, sendo muitas delas com experiência na militância clandestina, na prisão, tortura e exílio (SANTA CRUZ, 2003).

Ainda assim, na época, as mulheres tiveram que romper barreiras criadas em diversos âmbitos, como a família, religião, sociedade e, muitas vezes, enfrentar os próprios grupos de esquerda que não acreditavam na capacidade delas de resistir, lutar e decidir os rumos políticos (TELLES, 2015).

Neste contexto, se estabeleceu uma relação direta de repressão entre os agentes da ditadura e as mulheres. Relação esta que envolvia poder e foi baseada na violência, tortura e humilhação, conforme a Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014). Segundo Schettin (2021), na prática, a grande maioria das comissões da verdade combina investigações sobre violações de direitos humanos com a construção de narrativas históricas sobre o passado violento e a coleta das memórias das vítimas em um complexo processo de produção de verdades.

A violência, materializada na tortura durante a ditadura civil militar, foi a principal relação que se estabeleceu entre a repressão e as mulheres militantes na prisão, no período que antecedia ao julgamento. Os objetivos eram de fragilizar e deixar clara a posição da mulher de inferioridade absoluta em relação ao poder instituído. Tal situação se ratifica com a afirmação de uma das entrevistadas neste trabalho, Rosalina Santa Cruz, que relatou em entrevista o pedido ao agente torturador para tirar a vida dela: “Vou te fazer pedacinhos, mas eu te mato se eu quiser e quando eu quiser”.

A Comissão Nacional da Verdade no país expôs o horror da ditadura civil militar e deu espaço para que as vítimas atingidas pelo regime ganhassem voz no país. A memória testemunhal ganha cada vez mais importância, não como lamento e vitimização de quem se propõe a contar a própria história, mas como possibilidade de digerir uma experiência dolorosa, que durou cerca de 15 anos, e marca toda a sociedade até os dias atuais.

“Os que se dispõem a falar sobre suas dores assumem a tarefa de contar sua experiência particular emaranhada a outros destinos em comum e reforçam as vozes que se querem fazer ouvir. Trata-se da verdade da memória, que reúne elementos dispersos, apresentando ao mesmo tempo retrato pessoal, coletivo e identitário, por meio dos quais homens e mulheres reconstituem sua própria

unidade e identidade num tempo que a narrativa revela complexamente subjetivo, emotivo e racionalizado. Não se trata somente da “verdade histórica”, crítica, distanciada pelo método, decifração e análise dos signos, mas da “verdade do testemunho”, dinâmica, incompleta e sempre presentificada”.(GOUVEIA DE OLIVEIRA, 2013)

A resistência das mulheres à ditadura se alinhou em um processo gradual de governos militares pelo mundo. Assim, o Ano Internacional da Mulher foi oficialmente declarado pela ONU, em 1975, e propiciou um novo cenário para que o movimento feminista tivesse início no Brasil, mesmo que marcado pela luta política contra o regime. O reconhecimento da ONU favoreceu a criação de um movimento social, dando espaço para a formação de grupos políticos femininos, como o Brasil Mulher e o Nós Mulheres, por exemplo.

“Quanto aos temas divulgados, vale destacar que o jornal Brasil Mulher, desde o número 0, afirmava a especificidade da luta das mulheres pela sua emancipação, debatia um conjunto de questões teórico-práticas ligadas à explicação da dominação/exploração das mulheres e divulgava as teses sobre a superação da sociedade patriarcal. Por outro lado, posicionava-se sobre todos os fatos conjunturais em pauta na realidade brasileira pós-luta armada, em plena vigência da ditadura militar e da reorganização do movimento popular.”(SANTA CRUZ, 2003)

No primeiro editorial publicado pelo Brasil Mulher, em 1975, o jornal já esclareceu os objetivos, polêmicos para a época, que era ser mais uma voz na luta pela igualdade e amparar as diferenças biológicas, visto que o Estado as colocava em um lugar de incapacidade. No texto, o jornal ainda criticou a dependência financeira da mulher aos maridos.

“Milhares de mulheres em todo o mundo fazem jornada dupla de trabalho, num esforço físico que faz com que uma jovem mãe de 30 anos pareça estar com mais de 50. Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no

entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana. Queremos usar a inteligência, informação e conhecimentos em função da igualdade e, desde já, a propomos, como equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude”

(SANTA CRUZ, 2010)

No mundo, naquela época, o feminismo já crescia em uma nova onda que pedia por igualdade e direito de escolha ao próprio corpo. A história das mulheres, porém, é recente já que até pouco tempo ela era contada apenas pelo olhar masculino. Acredita-se, hoje, que a luta não é somente relatar os fatos aos quais elas estiveram presentes, mas reconhecer o processo histórico de exclusão do feminino na sociedade.

JUSTIFICATIVA

No fim de março e início de abril de 1964 houve o golpe militar no Brasil, período que pôs fim a liberdade de expressão dos que iam contra a política ditatorial. Pessoas foram ameaçadas, perseguidas e mortas aos longos 21 anos do período, e as mulheres, vivendo em um patriarcado, sentiram na pele o nível mais alto de misoginia. Os movimentos e questionamentos feministas não estavam em um contexto onde havia igualdade jurídica entre os gêneros, o que deixava a situação ainda mais complicada em meio aos ataques sofridos pelo grupo.

De acordo com Telles (2015), a misoginia da ditadura andava junto com a censura e houve, de forma muito especial, a censura também aos assuntos referentes às mulheres, sob argumentação da defesa da família, da moral e dos bons costumes. Leite (2003) complementa ao dizer que durante a ditadura civil militar no Brasil, houve a resistência na associação do termo feminista à prática garantidora da igualdade entre os sexos por parte da sociedade, uma vez que o feminismo foi difundido pela ditadura como uma ideologia de caráter pejorativo.

Dessa forma, os abusos destinados a mulheres eram físicos e psicológicos indo para além do estupro, como por exemplo na busca e separação dos filhos de mães militantes no intuito de mais do que puni-las por seus comportamentos subversivos, fazê-las “exemplos” para outras mulheres que quisessem em algum momento insurgir contra o Estado (CANON, 2021). Diante de todos os direitos violados e a opressão vivida pela sociedade na época se faz necessário a menção ao período, impedindo a ocultação da veracidade dos fatos voltados ao

público feminino e fazedor da imprensa alternativa, trazendo este trabalho como uma possível resposta à sociedade perante a ditadura civil militar.

Neste momento o feminismo recém chegava ao Brasil. Embora muitos fatores contribuíram para o crescimento do movimento no país nos anos 70, o feminismo surge como uma consequência da resistência feminina à ditadura. A presença das mulheres na luta armada, conforme Garcia (1997), representava uma grande transgressão com o que era designado à época para as mulheres, quando as militantes negaram o lugar tradicionalmente atribuído à elas, e muitas foram para a luta de fato armadas.

Ainda assim, o reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a criação de uma fachada para o movimento que ainda atuava na clandestinidade, abrindo espaço para a formação de grupos políticos femininos que passaram a existir abertamente, de onde surgiram os jornais Brasil Mulher e os Nós Mulheres, por exemplo. Assim, a imprensa feminista alternativa se tornou um espaço de expressão política intimamente vinculada ao despertar das mulheres para os ideais feministas (LEITE, 2003, p. 78.).

No país, a história da participação das mulheres na política e na sociedade, naquele período, nem sempre esteve marcada pelo viés declaradamente feminista, embora se constituísse desta forma. As mulheres, porém, tiveram um papel de extrema importância no combate ao regime militar quando saíram às ruas em passeatas exclusivamente femininas, foram à luta armada, abrigaram militantes e, além, romperam com estereótipos do ser mulher em relação à vida pública e privada (CARVALHO, 1992).

Tendo em vista a época analisada que aborda diversos assuntos, e a relevância de um podcast nos últimos anos, se faz necessário a utilização de uma nova forma de divulgação da ditadura civil militar como forma de conhecimento que vai além das universidades. De acordo com Herschmann e Kischinhevsky (2007), o podcast se torna ator social no estabelecimento de formas inovadoras de mediação sociocultural. O uso dessa ferramenta pode ser entendida como eficiente na obtenção do conhecimento, facilitando o encontro de informações sobre os mais variados assuntos em diferentes locais e tempos distintos.

Pesquisas recentes, como a de Lúcio Luiz e Pablo de Assis (2010), têm sugerido a ferramenta como simplificador da educação por ter a capacidade de ser reproduzida nos computadores, tablets ou celulares, e em qualquer lugar: em casa, no caminho para o trabalho ou na universidade, além de facilitar o acesso ao conhecimento para os deficientes visuais,

que por meio do podcast, podem acessar quaisquer que sejam os conteúdos sem a necessidade de tempo e local predestinado para o uso de algum recurso. Devido a isso, um podcast é um aliado ao desenvolvimento de variadas habilidades justamente por abranger um misto entre diversos gêneros orais: experiência, testemunho, reportagem, crônica, relato histórico, biografia, argumentação, diálogo ou entrevista (FREIRE, 2011).

Assim, formar uma memória real diante da ditadura, das mulheres e da imprensa explica parte do que ainda marca a sociedade nos dias de hoje. A continuidade e intensificação de um Estado violento, na atual realidade brasileira, como fator impulsionado pelo silenciamento e pela impunidade face às graves torturas e violações desencadeadas no período da ditadura circundam as memórias das torturas ocasionadas no período, afirmando que sua banalização e apagamento pode ocasionar na sociedade “catástrofes coletivas” (GINZBURG, 2010, p. 149).

“A memória, por ser registro de fato ou acontecimento histórico e mesmo psicológico, individual e coletivo, exerce função primordial na evolução das relações humanas: é a base sobre a qual a sociedade pode afirmar, redefinir e transformar os seus valores e ações. Por isso, ao suscitar a memória, é imprescindível analisar a história e as características psicológicas que conformam o processo de constituição da identidade de um povo, a qual pressupõe, por sua vez, a imagem que se tem de si e da coletividade da qual se parte” (BARBOSA, 2007, p. 157).

Desta forma, o tema se torna importante não só pela colaboração com a formação de consciência da sociedade em relação ao período estudado, mas pela continuação de luta dessas mulheres, e dos ideários feministas, visto que esse trabalho vem de uma autora que faz parte dos grupos analisados.

OBJETIVOS

GERAL

Documentar, através de um podcast, como fazia a imprensa feminista e as mulheres do jornal Brasil Mulher para publicar as edições e se manter no jornal durante a ditadura civil militar

no Brasil vivendo em um contexto de repressão aos meios de comunicação e às próprias mulheres.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- a) Realizar pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema.
- b) Identificar mulheres que trabalharam na imprensa feminista durante a ditadura civil militar e precisaram lutar contra a opressão instaurada pelo governo na época.
- c) Analisar como a imprensa feminista publicava as edições dos jornais sem fazer parte da grande mídia.
- d) Entender como foi a vivência das mulheres da imprensa feminista durante a ditadura civil militar e porque escolheram fazer parte deste grupo após a prisão e ainda em um contexto de repressão.
- e) Produzir, editar e materializar um podcast sobre o tema.

MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADAS

No que diz respeito a metodologia deste trabalho, assume-se a abordagem qualitativa do tipo bibliográfica e documental para trazer assuntos ainda não compartilhados sobre as mulheres da imprensa feministas que viveram a ditadura civil militar, e aprofundar e consolidar o projeto a partir da história e pesquisas já publicadas sobre o regime instaurado em 1964 no Brasil. O processo se deu a partir da procura por esse grupo feminista, que não só viveu a ditadura civil militar, mas produziu jornais considerados alternativos. Os jornais feminista da época eram muitos, mas optou-se pela procura de mulheres que estiveram nos de maior repercussão, que foram o Brasil Mulher, o primeiro tablóide a surgir, o Nós Mulheres e o Mulherio, que lançou sua edição inicial mais pro final do período.

A pesquisa bibliográfica se caracteriza pela busca de documentos já publicados (GIL, 2017). Nesse sentido, o projeto assumiu três vias principais com o intuito de trazer e dar espaço para a história destas mulheres que fizeram parte de dois dos grupos mais repreendidos pela ditadura civil militar no Brasil: mulheres e imprensa. A partir disso, e por isso, foi escolhido três pontos principais para a pesquisa: ditadura civil militar, mulheres e imprensa feminista.

A busca pelas mulheres que estiveram entre os três viés escolhidos neste trabalho se

deu por uma pesquisa aprofundada nas primeiras edições dos jornais escolhidos e nas autoras de cada texto publicado. A partir daí, percebeu-se que muitas edições não eram assinadas devido à repressão e medo causados pelo regime militar. Por esse motivo, foi necessário pesquisar informações no relatório da Comissão Nacional da Verdade e em publicações mais recentes sobre a história deste grupo, que não sofreram tratamento científico, mas que tem como principal foco comprovar algum acontecimento ou fato (GIL,2017). Assim, foi possível identificar ao menos 10 mulheres entre os três jornais escolhidos para análise: Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio.

O objetivo inicial era entrevistar uma mulher representante de cada jornal analisado, no entanto, dada as circunstâncias diárias de agenda das solicitadas não foi possível e focou-se apenas no primeiro tablóide feito por mulheres na época, o Brasil Mulher. A partir deste ponto, o projeto além de contar com os documentos analisados se costurou com a narrativa histórica das mulheres que aceitaram participar do trabalho, Amelinha Telles e Rosalina Santa Cruz. Para que o trabalho se consolidasse, utilizou-se de entrevistas, feitas de forma online devido a localidade das entrevistadas.

Ainda assim, foi necessário a procura por historiadoras especialistas no tema para trazer ao projeto um olhar da história. Apesar de elas estarem em Florianópolis, cidade ao qual o trabalho foi produzido e serem pesquisadoras da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Joana Maria Pedro e Renata Cavazzana, as entrevistas também foram mantidas online para manter um padrão de áudio.

As perguntas separadas neste processo para as mulheres que viveram a ditadura civil militar foram específicas para a história de cada uma delas, dado os estudos em cima da Comissão Nacional da Verdade e entrevistas já realizadas e publicadas com elas. Mesmo assim, muitas perguntas sobre o momento histórico e o ser mulher se repetiam (conforme quadro abaixo). Ainda que diversas perguntas foram colocadas em um roteiro, o processo de entrevista saiu do pré-roteiro de perguntas por ser um assunto de muita delicadeza e cuidado.

O processo com as historiadoras, porém, se deu a partir de dúvidas levantadas durante a pesquisa em relação ao período e aos grupos analisados.

Rosalina Santa Cruz e Amelinha Telles

Como você chegou ao Brasil Mulher e qual foi a importância dele na época e agora?
O jornal era considerado clandestino?

O que te motivava a fazer parte da imprensa feminista naquela época de tanta repressão contra os jornais e as mulheres?
Como você vê a importância do feminismo na época? Como chegou até ele?
Qual era o sentimento de ser mulher, ter ido para a prisão e voltar a lutar a partir da imprensa contra o regime e pelo direito das mulheres?
Você sentia medo do momento por ser mulher?
Houve uma segunda parte da ditadura, conhecida como “mais branda”, ali quando surgiram os jornais.. Como foi essa mudança no dia-a-dia de quem viveu essa época?
Do que você se orgulha de ter feito na época e o quanto valeu a pena?
Por que lutar contra o regime militar?
Qual a importância de resgatar a história das mulheres desta época?

Joana Maria Pedro e Renata Cavazzana

De maneira geral, naquela época, os jornais alternativos eram caracterizados por sua posição não conformista frente à ditadura. O que os diferencia os tablóides feministas dos jornais tradicionais?
Como foi o início do feminismo no Brasil e como ele aconteceu durante a ditadura militar?
Os jornais feministas surgiram de onde, quando e por qual motivo?
Os jornais feministas se encerraram de forma rápida, em poucas edições. Teria um motivo para isso?
Qual era o papel das mulheres na sociedade durante o regime militar?
Os políticos alegavam que as lutas feministas da época enfraqueciam a luta de classes. Como era essa visão deles?
Qual seria a importância de ter um jornal feminista hoje em dia?
O que significa uma repressão histórica?
O que a ditadura militar tem de similar com os dias de hoje?

O produto envolto deste trabalho é um podcast, escolhido devido a ascensão das plataformas nos últimos anos e a facilidade de adquirir conhecimento através dele. A roteirização deste produto se deu a partir da colocação de todas as respostas juntas, a fim de facilitar o processo de “costura” entre elas. Cabe destacar que a ideia do projeto é de transmitir uma conversa entre as entrevistadas sem tirar o peso da narrativa histórica delas guardadas há mais de quatro séculos.

O trabalho não tem o intuito de criar uma realidade não existente ou modificar a narrativa, mas buscar dar espaço a essas mulheres e entendê-las dentro de um processo de repressão, medo e torturas. É a partir delas, que o projeto tem o intuito de mostrar caminhos de compreensão sobre a ditadura civil militar, em especial a caminhada das mulheres nesta época, a fim de trazer melhor compreensão sobre os fatos e da essência do próprio jornalismo como uma possibilidade de resgate do conhecimento e uma forma de transmissão da verdade a partir dos acontecimentos reais.

DESCRIÇÃO DO PROCESSO

O processo deste trabalho se deu a partir de uma curiosidade sobre a ditadura civil militar no país e uma percepção da falta de informações e de conhecimento sobre as mulheres que vivenciaram o período e entraram para a luta contra o governo da época, mesmo em meio à repressão e com a possibilidade de tortura se estivessem na linha de frente, situação que veio à tona após a divulgação do relatório da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, em que torturas, estupro e outras formas de violência contra elas foram divulgadas. Tendo em vista um dos primeiros objetivos do trabalho, que era executar algo que tivesse um viés jornalístico, pensou-se, no início, em focar no dia-a-dia de jornalistas da imprensa tradicional durante o regime militar. No entanto, querendo fugir do óbvio e com muita leitura em artigos e livros sobre a época descobriu-se os jornais alternativos, logo portanto os feministas produzidos por mulheres. Decidiu-se, então, a partir daí, o foco principal: mulheres da imprensa feminista durante a ditadura civil militar no Brasil.

O estudo após a decisão definitiva de tema se deu em cima dos jornais que faziam parte deste grupo e descobriu-se três principais: Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio. Novos estudos foram necessários para que o encontro com essas mulheres acontecesse de fato.

A complicação e ansiedade do processo começou neste momento, quando houve uma grande dificuldade de encontrar essas mulheres, que atualmente se aproximam dos 80 anos, e não possuem redes sociais. Foram ao menos 10 mulheres envolvidas nos três jornais que receberam e-mail e mensagens insistentes no LinkedIn. Amelinha Telles e Rosalina Santa Cruz foram as únicas que aceitaram participar do projeto. A entrevista foi feita pelo Zoom e Google Meet, que auxiliaram no processo de gravação de áudio, além de ser utilizado ainda um gravador externo para a limpeza de ruído logo no primeiro tratamento. Durante as

entrevistas, alguns problemas técnicos como o tempo automático da reunião, por exemplo, atrapalharam as primeiras conversas, que foram derrubadas duas vezes pela plataforma. Cada entrevista durou em média 1h30, mas apesar de longas cada palavra das entrevistadas, historiadoras e ex-presas políticas, foi de muito aprendizado e conhecimento.

Na montagem do podcast foi pensado em, já que o produto não possui imagem, trazer algum elemento que remetesse à época. Em primeiro momento, utilizou-se de um som de chiado de tv, mas visto que na época os televisores não eram tão difundidos no Brasil e que o trabalho consiste em um podcast, oriundo do rádio, trocou-se pelo chiado de um rádio entrando sintonia. A ideia foi justamente levar o ouvinte à época.

Ainda na introdução do podcast, há frases escolhidas das mulheres jogadas em meio a um processo de sintonia de rádio, para trazer uma curiosidade ao público, mas também já impactá-los, e introduzi-los de forma rápida, com o que foi de fato a ditadura para o grupo de feministas. No fim da introdução e antes da apresentação há ainda um som de máquina de escrever e carimbo. Os elementos foram utilizados para, mais uma vez, remeter à época e trazer também para o podcast um dos grandes símbolos da comunicação, muito utilizado nos anos de 1970, a máquina de escrever, já que o produto foca na imprensa. O carimbo, por sua vez, vem para representar a prisão. Ambos os elementos juntos, portanto, foram colocados com o intuito de simular uma possível chegada de uma pessoa na prisão: o preenchimento de uma ficha na máquina de escrever, a retirada do papel e o carimbo em cima do nome.

Durante o podcast são utilizadas interrupções com chiado de sintonia de um rádio para causar uma sensação de incômodo e remeter ao fato de que as mulheres não eram ouvidas. Então, os pontos em que o chiado aparece são em falas mais fortes, onde talvez a censura pudesse aparecer na época. Mas claro, sem atrapalhar o ritmo do produto e com o intuito de fazer com que o ouvinte não esqueça em nenhum momento de que época está sendo falado. Outro elemento colocado no podcast é os intervalos de silêncio, em momentos em que é preciso que o ouvinte silencie e absorva o que está sendo contado, com exceção de um som dramático colocado no momento em que as mulheres falam sobre a família. O objetivo de dramatizar mais ainda a fala, é dar ênfase ao que está sendo falado e tornar aqueles segundos ainda mais pesados para quem está ouvindo.

As trilhas sonoras escolhidas também foram pensadas para que trouxessem um sentimento de luta e força em voz feminina. Todas possuem direitos autorais e a trilha principal foi determinada por ela representar os lançamentos da época. Casinha Pequeninha, de Clara Nunes, foi lançada em 1969, pouco antes do surgimento dos jornais. A escolha dela,

portanto, se deu para trazer ao trabalho a representação da época e das melodias ouvidas.

O podcast, editado no Audition, programa de áudio da Adobe, traz uma narrativa de roda de conversa, e é montado para despertar ao público uma ideia de compartilhamento de informação, de vivência, de história, como se elas estivessem no mesmo lugar, e para que remeta aos ouvintes uma sensação de fazer parte do que está sendo contado, trazendo algo mais fluido e costurado com o que conta e sabe a história de fato, na voz das historiadoras. Foram escolhidos cerca de 20 minutos de fala para que, justamente, não ficasse tão cansativo a conversa e despertasse uma curiosidade aos ouvintes para que pesquisassem mais sobre o assunto. Com isso, foi produzido, externamente, em conjunto um documentário em audiovisual. Este produto, porém, foca mais na vida particular das mulheres da imprensa e tem o objetivo de transformar todo o projeto em multimídia, mesmo que tenham sido produzidos em contextos diferentes, a fim de fazer com que além do podcast, as pessoas também vejam em imagem quem foram essas mulheres.

Pelo podcast manter uma linha de roda de conversa, foi decidido também que as entrevistadas seriam apresentadas no início do trabalho e depois elas não seriam mais identificadas. Isso foi decidido para não determinar uma ordem de falas à elas e deixá-las livres para falar quando sentirem que devem falar sobre o assunto e também trazendo uma ideia do anonimato utilizado por diversos artistas.

Durante a montagem de ambos os produtos foi um desafio escolher as falas que iriam ser colocadas em cada um, já que apesar de terem um mesmo tema teriam focos diferentes.

Por fim, voltando ao produto deste trabalho, o nome do podcast e do episódio. O podcast foi chamado de *Mulherengo* para satirizar o significado da palavra e transformá-lo, aos poucos, em algo não pejorativo, mas em um termo usado quando há muitas mulheres juntas compartilhando histórias, rotina ou similaridades e vivências do dia-a-dia. O *mulherengo* é um projeto que tende a ser continuado com outros episódios e tem como objetivo aproximar mulheres a partir das histórias pessoais e dar espaço para que todas, de diferentes grupos, contem suas histórias e se sintam reconhecidas umas nas outras. O episódio, chamado de *Feministas versus Militares*, traz o já no título a luta principal das mulheres feministas, que foi contra os Militares, durante a ditadura. O “versus” foi escolhido para remeter à uma disputa, um contra o outro, em que alguém sai como vencedor. Neste caso, a luta das mulheres segue acontecendo, mas sabendo que a redemocratização do Brasil deve muito à elas.

CONSIDERAÇÕES

O projeto, apesar de um grande desafio, não só de produção mas de bagagem histórica, foi além das expectativas previstas inicialmente. A fala de cada uma das mulheres trouxe força para a acadêmica cada vez que eram ouvidas, a fim de fazer com que as entrevistadas se sintam orgulhosas de si mesmas ao ouvir a própria história na finalização do podcast. É de suma importância fazer com que elas, que tanto fazem parte da história de todas as mulheres, feministas ou não, sejam ouvidas e ganhem espaço para contar o que de fato aconteceu e o porque escolherem fazer parte da imprensa feminista depois de sair da prisão. A ditadura, no geral, é uma história contada por homens e pelo olhar masculino, assim como a história da luta feminista que, até pouco tempo, foi contada pela representação do olhar deles. Por esse motivo, se faz necessário desconstruir os papéis historicamente designados aos gêneros para então colocá-los cada um onde quiser. O projeto sofreu muitas mudanças desde o início da ideia, mas a materialização dele traz muito conhecimento e informação jamais falada em algum momento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

BARROS, G.C.; MENTA, E. **Podcast: produções de áudio para educação de forma crítica, criativa e cidadã**. In: Revista de Economía Política de las Tecnologías de La Información y Comunicación. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, v. 9, n. 1. abr. 2007.

BITTNER, Dulcília Schroeder **Imprensa feminina** São Paulo. Ática, 1986

BORGES, C. A supervisão pedagógica na formação de docentes em Educação Física em Quebec. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 46, p. 138-158, 2013.

COLLING, Ana Maria. **A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997

CYRINO, M. **Do acolhimento ao acompanhamento compartilhado: a construção colaborativa de uma proposta para o estágio curricular no curso de pedagogia**. 2016. Tese (Doutorado) – Curso de Educação, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro,

2016. Disponível em: [Acervo Digital: Do acolhimento ao acompanhamento compartilhado: a construção colaborativa de uma proposta para o estágio curricular no curso de pedagogia](#)

unesp.br

FCC. Fundação Carlos Chagas. **Mulherio**, São Paulo: FCC, s/d. Disponível em: . FCC.

Fundação Carlos Chagas. São Paulo: FCC, 2020.

Pesquisa sobre mulher no Brasil do limbo ao gueto? In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GIL, A, C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017

ROVAI, M. G. de O. **O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar** (1964-84). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 108 - 132, 2013. DOI: 10.5965/2175180305102013108. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013108>. Acesso em: 27 nov. 2022

Imprensa feminista brasileira pós 74. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação), Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. **Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 11, n. 1, 2003.

MULHERES na Ditadura: violentadas, assediadas e mortas pelo militarismo. **SMETAL**, [S. l.], p. 2, 31 mar. 2021. Disponível em: <https://www.smetal.org.br/imprensa/mulheres-na-ditadura-violentadas-assediadas-e-mortas-pelo-militarismo/20210331-103033-s830>.

PEDRO, Joana Maria. **Viver o gênero na clandestinidade**. In.: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org). História Oral e História das Mulheres: Rompendo silenciamentos. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 33-55.

Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília, 2014. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf

SALEMME, Maria Filomena. A Era do Podcast: Uma reflexão sobre o potencial do mercado de podcast no Brasil. **Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Universidade da Região de Joinville, 2 a 8 de setembro de 2018.

SOUSA DE OLIVEIRA, MÉRCIA CAROLINE. O feminismo acadêmico do jornal Mulherio na construção de uma memória contra o androcentrismo. [s. l.], 2020. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2020/07/DISSERTA%C3%87%C3%83O-DE-M%C3%89RCIA-CAROLINE-SOUSA-DE-OLIVEIRA.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2022.

Telles, Santa Cruz. **Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil**. São Paulo, 2013

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo:

Editora Brasiliense, 1993

VIANA, LUANA. Estudos sobre podcast: um panorama do estado da arte em pesquisas brasileiras de rádio e mídia sonora. Estudos sobre podcast: um panorama do estado da arte em pesquisas brasileiras de rádio e mídia sonora, PPGCOM-UFF, n.3,ed.39,2020.Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/43248/pdf>. Acesso em: mai. 2022.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 23 no. 3, p. 1001-1022, 2015

PODCAST



[Ep1: Femistas x Militares](#)